

**PNUM
2013**

PORTUGUESE
NETWORK OF
URBAN
MORPHOLOGY

Actas do PNUM 2013

Forma Urbana nos Territórios de Influência Portuguesa

Análise, Desenho, Quantificação

Proceedings of PNUM 2013

Urban Form in Territories of Portuguese Heritage

Analysis, Design, Quantification

**Editado por
Edited by**

Nuno Norte Pinto and Alexandre Almeida

PNUM
2013

PORTUGUESE
NETWORK OF
URBAN
MORPHOLOGY

Copyright © 2013 by
Department of Civil Engineering of the University of Coimbra
All rights reserved.
ISBN 978-989-98435-1-6

Editors: Nuno Norte Pinto and Alexandre Almeida

The present volume contains the short papers and abstracts reviewed and presented at PNUM 2013, the 2013 Annual Conference of Portuguese Network of Urban Morphology, held in Coimbra on June 27 and 28, 2013.

This book is written in Portuguese (in both pre- and post-agreement forms) and in English.

Cite as:

In N. N. Pinto, A. Almeida (Eds), Book of Abstracts of PNUM 2013, the 2013 Annual Conference of Portuguese Network of Urban Morphology, Coimbra, June 27 and 28, 2013, Coimbra: Department of Civil Engineering of the University of Coimbra

PNUM 2013 had the institutional support of:

Com o alto patrocínio de Sua Excelência O Presidente da República
International Seminar on Urban Form
CPLP Comunidade de Países de Língua Portuguesa
UC Universidade de Coimbra
APGeo Associação Portuguesa de Geógrafos
APG Associação de Professores de Geografia
AUP Associação dos Urbanistas Portugueses
Câmara Municipal de Coimbra
CIPAL Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa
Escola Superior de Gallaecia
Direcção Geral do Património Mundial

Coimbra, Portugal

Actas do PNUM 2013
Proceedings of PNUM 2013

Editado por

Edited by

Nuno Norte Pinto

Alexandre Almeida

Índice

Table of Contents

Índice	5
Comité Organizador	7
Comité Científico	8
PNUM 2013, Coimbra e a Universidade de Coimbra	9
Resumo Submetido pelo Professor Manuel da Costa Lobo	11
SESSÕES TEMÁTICAS ESPECIAIS	15
“Cinema e Forma Urbana”	17
“Detecção Remota, Análise Espacial e Forma Urbana”	29
“O Ensino da Morfologia Urbana”	41
“Forma Urbana – Regulação e Execução”	71
“Morfologia Urbana e Riscos Naturais”	91
“Coimbra e as Densidades Centrais”	127
“Projecto Urbano e o Ensino da Arquitectura”	145
“Criação e Transformação do Espaço Urbano nos Territórios Coloniais Portugueses no Longo Século XIX (1778-1926)”	189
“As Formas Urbanas na Periferia das Cidades”	213
SESSÕES PARALELAS	233
ÍNDICE DE AUTORES	1205

Comité Organizador

Organizing Committee

Nuno Norte Pinto, Technical University of Catalonia	Spain
Ana Natálio, University of Porto	Portugal
Joana Dourado, University of Coimbra	Portugal
Gabriela Almeida, University of Coimbra	Portugal
Francisco Cruz, University of Coimbra	Portugal
Nuno Ribeiro, University of Coimbra	Portugal
Leandro Cravo, University of Coimbra	Portugal
Raquel Santos, University of Coimbra	Portugal
Maria Leonor Nogueiro, University of Coimbra	Portugal
Paula Moço, University of Coimbra	Portugal
Carlos Proença, University of Coimbra	Portugal
Mónica Santos, University of Coimbra	Portugal
Pedro Mariano, University of Coimbra	Portugal
Tânia Ventura, University of Coimbra	Portugal
Nuno Bernardo, University of Coimbra	Portugal
Elso Ramos, University of Coimbra	Portugal
Raquel Gomes, University of Coimbra	Portugal
Alexandre Almeida, University of Coimbra	Portugal

Comité Científico

Scientific Committee

Vítor Oliveira, University of Porto, President	Portugal
António Pais Antunes, University of Coimbra	Portugal
Jorge Correia, University of Minho,	Portugal
Karin Meneguetti, University of	Brazil
Mário Fernandes, University of Porto	Portugal
Nuno Norte Pinto, Technical University of Catalonia	Spain
Paulo Pinho, university of Porto	Portugal
Teresa Marat-Mendes, ISCTE - University Institute of Lisbon	Portugal
Valério Medeiros, University of Brasilia.....	Brazil
Walter Rossa, University of Coimbra.....	Portugal

**“Criação e Transformação do Espaço Urbano nos Territórios Coloniais
Portugueses no Longo Século XIX (1778-1926)”**

Coordenada por: Prof.^a Alice Santiago Faria e Prof. Sidh Mendiratta

**”Design and Transformation of the Portuguese Colonial Urban Space in
the long XIX Century (1778-1926)”**

Coordinated by Prof.^a Alice Santiago Faria and Prof. Sidh Mendiratta

De Pangim a Vasco: o território goês no longo século XIX

Alice SANTIAGO FARIA

CHAM- UNL, UAç e CIUHCT - UNL, UNL

Avenida de Berna 26, C 1069-061 Lisboa

+ 351 21 7972151, alicesantiagofaria@yahoo.com

Palavras-chave: Índia Portuguesa, cidades, Século XIX

No início do século XIX, o Estado da Índia encontrava-se com as suas fronteiras estabilizadas. As Províncias do Norte estavam reduzidas a Damão, Diu e Nagar-Aveli; o território de Goa, onde se localizava a capital, dividia-se em Velhas e Novas Conquistas e encontrava-se fisicamente separado do restante sub-continente indiano pela cadeia montanhosa dos Gates. Com uma população maioritariamente cristã, concentrada no território das Velhas Conquistas (Bardez, Ilhas e Salsete) era também aí que se localizavam os principais centros urbanos: Mapuçá, Pangim e Margão. As Novas Conquistas, anexadas na segunda metade do século XVIII, tinham uma densidade populacional reduzida e uma população maioritariamente hindu.

O Estado da Índia era desde há muito um territorial periférico e marginal. O seu papel simbólico, garantiu-lhe importância e foi central na sua contínua afirmação como território português.

Da história do seu espaço urbano sobressaem duas cidades que na transição do século XIX para o XX disputaram o papel de capital do Estado da Índia: Nova Goa (cujo centro urbano se localizava em Pangim) e Vasco da Gama. Mas a transformação do território foi mais vasta e abrangeu todos os aglomerados urbanos, que se desenvolveram e nos quais se fizeram melhoramentos⁶. Enquadrado no esforço global de afirmação do império

⁶ O presente artigo resulta de trabalho realizado, no âmbito da minha tese de doutoramento e parcialmente publicado. Para um aprofundamento da história do desenvolvimento urbano destas diversas povoações e das fontes utilizadas ver: Alice Santiago Faria, "L'Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département Des Travaux Publics, 1840-1926," Doctorat de Université (Université Paris I, 2010); Walter Rossa, ed., *Asia e Oceânia. Património de Origem Portuguesa No Mundo. Arquitectura e Urbanismo*, Património de Origem Portuguesa No Mundo. Arquitectura e Urbanismo (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010) assim como alguns artigos por mim publicados sobre Pangim.

português que na Índia começou com a anexação das Novas Conquistas e com a tentativa de refundação do Estado da Índia⁷.

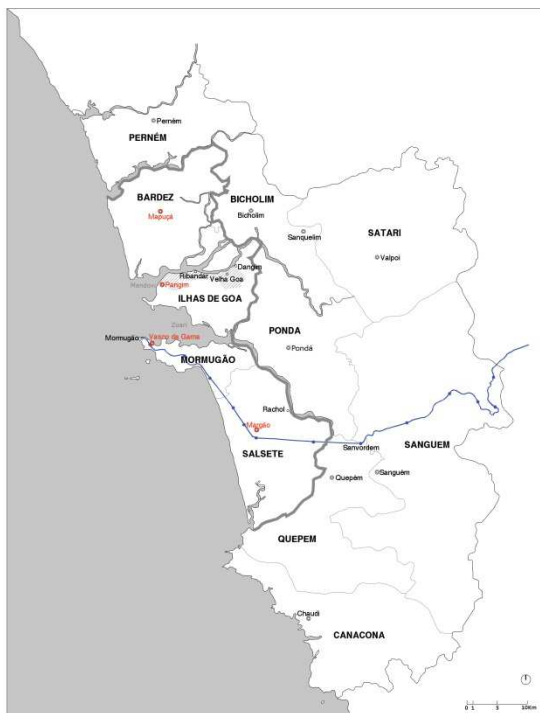


Figura 1: Território de Goa com marcação do limite entre as Novas e as Velhas Conquistas e a linha do caminho de ferro

Neste texto pretende-se olhar para o desenvolvimento destes quatro aglomerados - Mapuçá, Pangim, Margão e Vasco da Gama - passando de

⁷ Existe diversa bibliografia sobre esta questão sobre o ponto de vista da arquitetura e do urbanismo entre outros: Walter Rossa, *As Cidades Indo-Portuguesas: Contribuições Para o Estudo Do Urbanismo Português No Hindustão Ocidental* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997); António Nunes Pereira, “Três Planos Pombalinos Para a Reconstrução Da Velha Goa,” *Arte Teoria, Revista Do Mestrado Em Teorias Da Arte Da Faculdade de Belas Artes de Lisboa* no. 10 (2007): 229–242; Paulo Varela Gomes e Alice Santiago Faria, “A Universidade de Coimbra e a Modernização Do Planeamento No Estado Português Da Índia,” in *Candidatura à UNESCO Da Universidade de Coimbra*. (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010); Rossa, *Asia e Oceania*, 21–61.

Proceedings of PNUM 2013, Coimbra, Portugal, 27 e 28 de Junho 27 de 2013

uma história urbana individual, necessariamente pouco aprofundada, para uma análise comum. Núcleos planeados, como é o caso de Vasco da Gama; transformados, como no caso de Pangim; ou regenerados e aumentados, como no caso de Mapuçá ou Margão. São centros urbanos com histórias diversas onde tentarei identificar diferenças e complementaridades e, ao mesmo tempo, processos e estratégias de crescimento comuns.

Localizada na foz do rio Mandovi, as primeiras intenções conhecidas de construir uma cidade em **Pangim**, são dos meados do século XVIII. O primeiro plano conhecido data de 1776, época em que ao mesmo tempo se planeava refundar a velha cidade de Goa. A refundação da velha cidade implicava o fim do debate sobre a localização da capital, mas na realidade esta discussão estava longe de estar terminada.

As primeiras obras importantes ocorrem no governo de D. Manuel de Portugal e Castro (1826-35), responsável para maioria dos trabalhos de modelação do terreno que transformaram por completo o núcleo pré-existente. Para além dos muitos aterros, abriram-se praças e ruas e construíram-se edifícios, dos quais se destaca o Quartel de Artilharia. Em 1842 grande parte da transformação estava terminada.

Rival durante quase três séculos como localização da capital do estado, a península de Mormugão, localizada na foz do Rio Zuari, foi fortificada em 1624. As tentativas de mudança da administração pública entre os dois lugares – Goa e Mormugão - foram-se sucedendo entre 1687 e 1734. Diversas obras chegaram mesmo a ser feitas e alguns dos edifícios administrativos construídos em Mormugão junto à linha de muralha. Durante o governo de D. Manuel foi levado a cabo um levantamento da fortaleza e faziam-se planos de reabilitação. Porém, o Vice-rei mandou que esses trabalhos fossem suspensos e que todos os esforços se concentrassem em Pangim.

Em 1843, Nova Goa passou a ser a capital do Estado da Índia. Pangim era o bairro que centralizava as funções administrativas, e por isso, na prática, a capital, mas Nova Goa era uma cidade mais extensa que englobava Ribandar e a velha cidade de Goa. A questão da mudança da capital parecia encerrada: no papel, a capital não mudava de local apenas de configuração.

Os governadores que se seguiram continuaram as obras no centro administrativo da capital, mas não só. Na verdade entre 1840 e 1860, durante os governos de Lopes Lima (1840-42), do Visconde de Ourém (1851-55) e do Conde de Torres Novas (1855-1864) fizeram-se obras de urbanização nas outras povoações importantes: Margão e Mapuçá. O esforço de implantação da administração do Estado no território, após a

extinção das ordens religiosas⁸ e a estabilização da questão da capital, traduziu-se na urbanização e construção dos primeiros edifícios administrativos nos principais lugares do território. Após as obras de instalação do aparelho administrativo em Pangim, nas décadas seguintes as atenções viraram-se para as restantes povoações.

Margão, vila desde 1779, era referida até ao final do século XIX, como o maior e mais populoso aglomerado do território goês. Em Margão, o núcleo central da população cristã desenvolvia-se em torno da Igreja, e ao longo da estrada que ligava a Rachol. Os bairros organizam-se por religiões, e havia um bairro hindu e outro muçulmano, que se desenvolviam em zonas mais periféricas, junto ao mercado. Era seguramente o centro urbano mais rico. Esse poder financeiro, resultado do poder económico e social crescente das elites cristianizadas que habitavam maioritariamente em Salsete, refletia-se nalguma autonomia do poder local relativamente ao governo de Pangim.

Margão era a sede do Município, da Câmara Agrária, da Comarca, e do Comando Militar da Província de Salsete. As primeiras obras de que conhecemos relatos, datam da construção do Largo dos Quartéis e dos aquartelamentos (1811), o que acabou por impulsionar o crescimento para sul. A povoação acabou por se desenvolver, com uma malha urbana de baixa densidade, ao longo do eixo que ligava os dois terreiros: o da Igreja e dos Quartéis. Diversas obras se seguiram para poente do Largo da Igreja: em 1840, o Tribunal, numa zona de aterro; posteriormente, foi organizado o mercado e toda a zona envolvente. Em 1873, foi construída uma nova Câmara Municipal. Entre 1864 e 1870 foi aberta a Rua Padre Miranda, que possibilitou uma nova ligação entre esses dois centros.

Mapuçá cresceu entre a colina e a zona baixa de terrenos de cultivo ao longo de um eixo longitudinal que a ligava às povoações vizinhas do lado poente e à igreja de S. Jerónimo, já nos seus arredores, no lado nascente. As descrições conhecidas referem que desde sempre foi uma povoação de características comerciais, e levam a pensar que seria no centro do aglomerado que vivia a população hindu. Muito embora as estatísticas conhecidas, refiram o concelho das Ilhas, como sendo o concelho das Velhas Conquistas, que tinha maior percentagem de população hindu, Caetano de Albuquerque refere que a população de Mapuçá era maioritariamente composta por *gentios*. A população cristã encontrava-se em casas mais isoladas, quer junto à Igreja, quer para poente na direcção de Corlim, uma vez que em 1825, a população deste bairro aí mandou edificar a Igreja de S. José. Uma excepção talvez fosse a Rua dos Suíços, certamente o local onde se situava a “Capela dos Suíços”, que pela planta

⁸Rossa, *Asia e Oceânia.*, 32–33.

de 1888, se sabe ter existido entre a Câmara Municipal e o Mercado. Conhece-se também uma referência ao *bairro dos farazes*, que aponta para uma diferenciação por castas.

Nos primeiros anos da década de 1840, foram expropriadas casas, alinharam-se ruas, construiu-se o quartel do lado poente, no caminho para a vila de Corlim. Criou-se um eixo paralelo aos campos de cultivo, que ligava o quartel à Igreja, de um modo semelhante ao que se fez em Margão. Construiu-se no centro da vila uma cadeia e, dez anos mais tarde, o edifício para a Câmara Municipal. As obras continuaram e durante o governo do Conde de Torres Novas (1855-1864) foram feitos novos melhoramentos. Entre eles, a continuação da rua onde se situava a Câmara para norte, relacionando Bardez transversalmente, e criando uma ligação privilegiada ao território inglês, transformando definitivamente Mapuçá num local de encontros e cruzamentos.



Figura 2: Pangim, vista do outeiro da Conceição (s.d. fim do séc. XIX, Souza & Paul, PCL).

Voltando a **Pangim**. Com grandes obras a decorrer no centro da cidade, a população foi-se juntando na zona das Fontainhas, que por sua vez sofreu diversas obras de reordenamento. A transformação do bairro terá seguido um plano realizado entre as décadas de 1840 e 1850. Os anos de governo dos governadores já citados, foram os mais ativos; no entanto, as intervenções foram mais ou menos contínuas. A cidade que existe hoje é resultante de um conjunto de intervenções urbanísticas pontuais, que foram cozendo a nova malha urbana, à já existente. É esse o caso da praça / jardim

em frente à Câmara Municipal das Ilhas de Goa (1860). O arranjo na envolvente da Igreja da Imaculada Conceição, com a redefinição da escadaria que a enquadrava cenograficamente, faz parte no mesmo plano de conjunto. Um plano pontual, que também englobaria o Corte do Outeiro, o principal eixo de atravessamento da cidade, e ao mesmo tempo cerzia as diversas intervenções.

Em Dezembro de 1878, no mesmo mês em que foi assinado o acordo Luso-Britânico que levou à construção do caminho de ferro, Caetano de Almeida e Albuquerque (1878-82) assumiu o cargo de Governador-geral com instruções específicas de Lisboa para melhorar as condições sanitárias da capital. Durante o seu governo terminaram-se as novas obras de modelação dos terrenos no centro da cidade e do Corte do Outeiro. Abriram-se ruas, fizeram-se aterros, iniciou-se a construção da muralha marginal, terminaram-se obras anteriormente iniciadas. Previu-se também a primeira zona de expansão da cidade: o Altinho. Mas mais uma vez não foi só na capital que os melhoramentos foram feitos.

Uma das medidas que o Governador tomou foi mandar aplicar as Posturas Municipais de Nova Goa, a Margão e a Mapuçá. Estas posturas definiam as principais regras de construção das edificações privadas e eram por isso uma peça essencial. As preocupações sanitárias e higienistas estavam bem presentes, para isso contribuiu o trabalho efectuado com os médicos dos serviços de saúde.

Caetano de Albuquerque e Horta e Costa (1907-1910) fizeram durante os seus governos relatórios arrasadores sobre a situação higiénica de **Mapuçá**. No entanto, o aglomerado ia sendo, continuamente, sujeito a melhoramentos. Dos elementos conhecidos verifica-se que foram abertos ou planeados diversos arruamentos na zona central, nas últimas décadas do século XIX. No final de 1907, Horta e Costa mandou elaborar um plano de melhoramentos e expansão da vila, plano que deve ter estado na base do crescimento nas décadas que se seguiram. Lentamente integrou-se a encosta na cidade, situação que já se deixava adivinhar nos finais do século anterior. Em 1920, foi feita a construção de uma avenida na linha de festo do monte, que possibilitou uma melhor urbanização do planalto. A implantação nesse local dos edifícios do Liceu e do Tribunal, e um pouco mais tarde, da Administração das Comunidades, veio reforçar este novo centro urbano. Na parte baixa, foram igualmente realizadas obras novamente reformulando a malha urbana existente. Ganhou-se terreno às várzeas, e as povoações limítrofes foram a pouco e pouco integradas no perímetro urbano. No início dos anos 30, Mapuçá já era cidade.

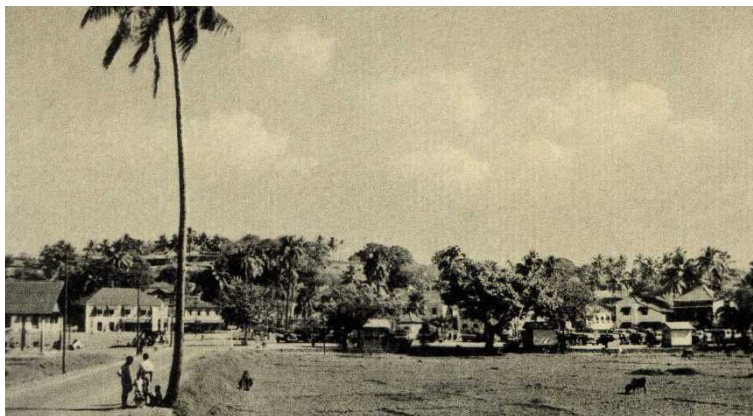


Figura 3: Entrada na vila de Mapuçá (s.d., c.1930, col. LCO).



Figura 4: Vista sobre a Câmara Municipal, Margão (1911-13, Col. I. Laje).

Margão ganhou uma nova dinâmica e nova centralidade na transição do século XIX para o XX. A escolha da localização da Câmara Municipal, em 1902, a meio caminho entre o Largo dos Quartéis e a linha de caminho-de-ferro, construída entre 1881-1888, foi uma aposta na expansão urbana para Sul. Criou-se um espaço urbano cujas características faziam lembrar o terreiro na antiga zona central da vila. Entretanto, também já se tinha instalado uma área de mercado nesta zona. Para além das obras ao nível

urbano, diversos edifícios foram construídos, entre eles a ampliação do Hospital. A importância do Hospital, não só para a cidade como para a região, levou ao reforço da sua ligação para sul. Em 1907 e em 1911, foram feitos dois planos. O primeiro, que abrangia a zona do Mercado Novo, foi fundamental no crescimento desta zona. O segundo plano, foi aprovado em 1918, prevendo-se uma transformação profunda da vila. Nos anos seguintes, os trabalhos prosseguem, e a vila foi elevada a cidade em Dezembro de 1933.

Em torno do caminho de ferro foram planeados dois novos centros urbanos, seguindo os modelos ingleses das *company towns*: Sanvordém, pensada para fazer a ligação com o interior do território de Goa e Vasco da Gama, a cidade portuária, pensada como ligação fundamental de Goa e do sul da Índia, com o exterior.

A Vila Nova de Sanvordém, como era designada, não passou de pouco mais que uma avenida que partia da estação de caminho de ferro.

Vasco da Gama durante longos anos também não foi mais que isso.

Com o início das obras de construção do caminho-de-ferro, em 1881, a companhia inglesa responsável, considerou de importância vital a construção de uma cidade nesta zona. Foram muitos os avanços e recuos entre portugueses e ingleses. Em 1885, a companhia inglesa apresentou uma proposta para construir uma cidade às suas custas. A proposta, recusada pelo governo português, era semelhante à que fora feita para Lourenço Marques. Portugal comprometia-se a avançar com as obras e, em 1886, iniciou a expropriação de terrenos; construiu uma avenida com 500 metros de comprimento e baptizou a cidade com o nome de “*futura cidade de Vasco da Gama*”. No entanto o debate relativamente à localização da capital foi retomado e com as opiniões divididas, a cidade não se desenvolveu como era esperado.

Datam de 1888 os desenhos que se conhecem da cidade, elaborados pela Direcção das Obras Públicas. Seguiam a proposta inglesa feita pelo Eng. Ernest Edward Sawyer com a colaboração de Eng. Cândido Xavier Cordeiro. A zona da baía seria a parte comercial da cidade, dividida em lotes, ficando no planalto a parte residencial e representativa. Contudo nenhuma das medidas tomadas nesta época e nas duas décadas que se seguiram, tiveram qualquer efeito no desenvolvimento da cidade.

Em Setembro de 1917, a designação oficial da cidade passou a ser simplesmente Vasco da Gama, mas somente em 1919, com a criação da Comissão de Melhoramentos, a cidade se desenvolveu. A Comissão seguiu o modelo inglês dos *Improvement Trust*. Não se defendia a transferência imediata da capital e esse deve ter sido o elemento chave para que, desta feita, os planos de desenvolvimento tivessem ido adiante. A proposta

assentava na estratégia inglesa, abrangendo diversas zonas que juntas compunham a cidade: Planalto de Mormugão, Vasco da Gama (zona da baía), Outeiro dos Alparqueiros e ainda *Driver's Hill* (zona a Sul da linha de caminho-de-ferro). Apesar do desenho de 1888 ter sido mantido na generalidade, supõe-se que as alterações que hoje subsistem no desenho da cidade, tenham sido introduzidas nesta época, nomeadamente a subdivisão dos lotes mais próximos da estação de caminho de ferro. Por fim, a “...*futura cidade Vasco da Gama*”, estabelecida em 1886, foi de novo inaugurada em 1922. Nos anos seguintes construíram-se a maioria dos edifícios públicos, todos implantados na avenida principal, que ligava a estação à baía.



Figura 5: Vasco da Gama (s.d. c. 1930, in Anuário da Índia Portuguesa, 1939)

O modo como os núcleos urbanos cresceram foi semelhante: numa primeira fase, a construção de edifícios públicos ajudou a consolidar áreas de tecido urbano já existente; numa segunda fase, impulsionaram a expansão urbana⁹. Abriram-se ruas que permitiram a reorganização dos tecidos já existentes e melhoramentos das condições sanitárias das povoações, sujeitas a frequentes epidemias das mais diversas doenças. Desenham-se plantas "regulares", adaptadas às circunstâncias locais, mas mais importante,

⁹ A construção de edifícios públicos em novas zonas das cidades estimulando assim o desenvolvimento de novas centralidades, é referida por Manuel Teixeira como uma permanência no urbanismo português antes da época pombalina.

estabelecem-se regras de construção. Seguindo as tradições e os métodos de ensino da *escola portuguesa* e, por sua vez, na aplicação do seu modo de *desenhar cidade*, o que W. Rossa designou de "urbanismo regulado"¹⁰. Ao mesmo tempo constroem-se os edifícios essenciais à nova organização do Estado trazida pelo regime liberal. Constroem-se Câmaras, Tribunais e Quartéis, na sua maioria junto ao centro das povoações.

A passagem do século XIX para o XX foram tempos de expansão e consolidação. Em todos estes aglomerados seguiram-se as linhas das preocupações higienistas presentes tanto em Portugal, como um pouco por toda a Europa. Existiu um esforço contínuo em torno dos melhoramentos sanitários e das condições higiénicas das cidades, que, no entanto, se arrastavam demasiado no tempo.

As referências foram-se alterando. O afastamento dos modelos portugueses era evidente, e a Índia Inglesa passou a ser a referência. Mapuçá e Margão acompanharam as intervenções realizadas na capital, mas de um modo mais pontual e mais pragmático. Fizeram-se aberturas de alguns arruamentos que acabaram por marcar o seu desenvolvimento urbano, com uma estratégia mais global, bem definida, que englobava todo o território. Portugal via o caminho de ferro como a solução para o problema financeiro da Índia, e apostou na renovação de todas as infraestruturas do território: nos aglomerados urbanos mais importantes, nas estradas e na navegabilidade dos rios, um meio importante de comunicação num território atravessado por inúmeras linhas de água.

Ressalta dos relatórios e descrições conhecidos, o modo como eram descritos Mapuçá e Margão. Margão vista como uma cidade bem construída, de bons edifícios, semelhantes aos portugueses; Mapuçá foi sempre descrita como tendo ruas feias e em péssimo estado sanitário.

Na verdade, os problemas sanitários de Mapuçá não seriam muito diferentes dos de Pangim e de Margão, ou mesmo de Vasco da Gama. Isso mesmo mostram as diversas notícias de epidemias e problemas sanitários, que levavam a intervenções do tecido urbano, como por exemplo a abertura de diversas ruas e travessas. Esta diferença deve-se provavelmente à composição da sua população. O número de habitantes de Mapuçá e Margão, assim como dos concelhos Bardez e Salsete, não era muito diferente, com uma ligeira vantagem populacional para Margão e Salsete. A análise da história das duas cidades leva a pensar que as diferenças entre Mapuçá e Margão seriam principalmente relativas à composição social da população. Se Salsete tinha uma população composta maioritariamente por naturais cristianizados e Margão era o coração cultural, o contraponto do

¹⁰ Walter Rossa, *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos Sobre o Urbanismo Português* (Coimbra: Almedina, 2002), 391–403.

poder, centro das elites locais cristãs, mas também hindus; se Nova Goa era a capital administrativa, católica e com uma população luso-descendente, não restam muitas dúvidas porque Mapuçá, cidade comercial com uma população de *gentios*, era descrita deste modo.

Esta questão, da diferenciação por religiões ou castas, distingue ainda Mapuçá e Margão, aglomerados com a sua origem em povoações pré-existentes, de Pangim e de Vasco da Gama, duas cidades planeadas. Muito embora em Vasco da Gama uma separação populacional tenha chegado a ser pensada, à imitação das cidades da Índia Inglesa, não chegou a ser efectivada. Em Pangim, em toda a documentação consultada não se encontraram referências à separação racial ou religiosa no tecido urbano; porém, pensa-se que esta se faria naturalmente.

Assim os três núcleos urbanos – Pangim, Margão e Mapuçá - eram complementares em diversos aspectos, das suas funções às suas populações. As lutas de poder entre as diversas elites goesas, como a discussão em torno da localização da capital - que dividia tanto os governantes como as elites locais - prejudicaram o desenvolvimento urbano. A falta de empenhamento numa solução definitiva por parte de Lisboa, na questão da capital, levou a que a discussão se tenha arrastado e que tenha afectado o crescimento, quer de Nova Goa, quer de Vasco da Gama. A baixa densidade devido à dificuldade de fixar uma população, maioritariamente rural como a goesa, foi uma constante nos núcleos urbanos, e o que persistiu em todas as cidades e vilas foram ruas cheias de palmares.

Agradecimentos

Agradeço ao Luís Cabral de Oliveira e a Isabel Laje a autorização para utilização da fotografia 3 e 4 respectivamente.